



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

## PARECER DO ÓRGÃO CONTROLE INTERNO – RELUCI

### SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

**Emitente:** Controladoria Geral de Guarapari

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania

**Gestor responsável:** Edson Figueiredo Magalhães

**Exercício:** 2022

#### RELATÓRIO

##### 1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF esta Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Balancete da Despesa	Lei 4.320/64, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	12.483.623,81	12.483.623,81	Balancete da Despesa
1.2 Gestão Previdenciária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação e Resumo as FOPAG	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados registros contábeis orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	13 folhas	13 folhas	Resumo da folha de Pagamento do período de janeiro a dezembro de 2022 e relatório de liquidação.
1.2.2	Pagamento das obrigações Previdenciárias - parte patronal	2050/2022; 4253/2022; 4263/2022; 4266/2022; 7697/2022; 7703/2022; 7705/2022; 9793/2022; 12335/2022; 14999/2022; 15000/2022; 17084/2022; 17088/2022; 19663/2022; 19668/2022; 19671/2022; 22174/2022; 22180/2022; 22183/2022; 24864/2022.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	R\$ 780.885,13	R\$ 435.242,20	Processos de pagamento de Contribuições Previdenciárias.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

1.2.3	Registro por competência – Multas e juros por atraso de pagamento	BALANCONT;  Balancete da despesa por subelemento.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	-	-	BALANCONT;  Balancete da despesa por subelemento.
1.2.4	Retenção/Repasse das Contribuições Previdenciárias- parte servidor	2050/2022; 4253/2022; 4263/2022; 4266/2022; 7697/2022; 7703/2022; 7705/2022; 9793/2022; 12335/2022; 14999/2022; 15000/2022; 17084/2022; 17088/2022; 19663/2022; 19668/2022; 19671/2022; 22174/2022; 22180/2022; 22183/2022; 24864/2022.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4.105/2017	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$510.754,09	R\$ 273.193,02	Processos de pagamento de Contribuições Previdenciárias.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários.	Balancete Contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4.105/2017	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) Estão sendo registrados como passivo da entidade; b) Estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) Se seu total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS;	-	-	Balancete Contábil; DELREP

				<p>d) Se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente e como ativo no RPPS;</p> <p>e) Se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.</p> <p>Constatou-se que não há parcelamento previdenciário realizado pelo Fundo de Assistência.</p>			
-	Medidas de cobrança – créditos previdenciários a receber e parcelamento previdenciários a receber.		LRF	<p>Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.</p> <p>Constatou-se que todas as contribuições devidas, no exercício, pelo Fundo Municipal de Assistência foram repassadas ao RPPS</p>	-	-	Folha de pagamentos, Balancete da despesa; DELREP

1.3 Gestão Patrimonial							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário	BALPAT INVALM INVIMO INVINT INVMOV	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	R\$ 7.804.614,59	R\$ 7.804.614,59	Inventários e balanço Patrimonial
1.3.3	Disponibilidades Financeiras – depósito e Aplicação	TVDISP; EXTRATOS BANCÁRIOS	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	-	Extratos bancários de dezembro de 2022; TVDISP.
1.3.4	Disponibilidades Financeiras – depósito e Aplicação	TVDISP; Extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 4.696.601,86	R\$ 4.696.601,86	Extratos bancários de dezembro; TVDISP.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

1.5. Demais Atos de Gestão							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.5.1	Documentos Integrantes da PCA- compatibilidade com o normativo do TCE		IN regulamentadora da prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas. Documentos disponibilizados até a data de conclusão deste relatório.	-	-	Inventários; DECINAT; DELGEDI; DELREP; DEMDAT
1.5.2	Segregação de funções	18842/2021; 22821/2021; 324/2022; 771/2022; 2947/2022; 12036/2022.	CRFB/88, art. 37	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, execução, controle e contabilização das operações.	R\$ 723.782,36	R\$ 236.266,67	Processos de aquisição de material permanente
2.2. Gestão Fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
2.2.10	Execução de Programas e Projetos	LOA/2022	CRFB/88, art. 167, I	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	R\$ 12.483.623,81	12.483.623,81	Lei 4640/2021 – LOA; Balancete da despesa; Leis e Decretos de abertura de créditos especiais.
2.2.31	Despesa – liquidação	18842/2021; 22821/2021; 324/2022; 771/2022; 2947/2022; 12036/2022.	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	R\$ 723.782,36	R\$ 236.266,67	Processos de aquisição de material permanente
2.2.32	Pagamento de despesas	18842/2021;	Lei 4.320/1964,	Avaliar se houve pagamento de despesa	R\$ 723.782,36	R\$ 236.266,67	Processos de

	sem regular liquidação	22821/2021; 324/2022; 771/2022; 2947/2022; 12036/2022.	art. 62.	sem sua regular liquidação.			aquisição de material permanente
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Lei nº. 4640/2021 – LOA; Lei nº. 4554/2021 – LDO; - Lei 4618/2021; - Lei 4619/2021; - Lei 4622/2021; - Lei 4623/2021; - Lei 4624/2021; - Lei 4625/2021; - Lei 4586/2021; - Lei 4718/2022; - Lei 4719/2022; - Lei 4720/2022	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 1.684.923,75	1.684.923,75	Subvenções sociais a diversas entidades.
<b>2.3. Gestão Patrimonial</b>							
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>
2.3.5	Cancelamento de passivos	Balancete contábil/Relatório de restos a pagar.	CRFB/88, art.37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBCT 16	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador. Verificou-se que não houve cancelamento de restos a pagar, conforme relatório “Resumo de Restos a pagar”. Analisar se há registro na conta 4.6.4.1.1 – ganhos com desincorporação de passivos.	Restos a pagar no valor de R\$ 306.816,48	306.816,48	Balancete contábil/Relatório de restos a pagar.
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>							
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>
2.5.4	Alíquota Contribuição - Recolhimento	Relatório Resumido da Folha	CF/88, art.40 LRF, art.69; Lei 9.717/1998, arts, 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas na legislação.	Relatório da folha dos meses de janeiro a dezembro (12 meses)	Relatório da folha dos meses de janeiro a outubro (10 meses)	Resumo da folha de pagamento do servidores e Lei 4.105/2017.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL**

2.5.7	Servidores Cedidos		CF/88, art.40 LRF, art.69; Lei 9.717/1998, arts, 1º. OM MPS –sps 02/2009, art. 32, I,II,III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.  Não foram constatadas cessões de servidores do Fundo de Assistência em 2022.	-	-	Servidores cedidos em 2022.
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Amortização Legal	Balancete Contábil	CF/88, art.40 LRF, art.69; Lei 9.717/1998, arts, 1º e 3º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36 §1º.	Verificar se os Acordos de parcelamento tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.  Constatou-se que não há parcelamento previdenciário registrado nos demonstrativos da SETAC.	-	-	Balancete contábil; DELREP.
2.5.26	Censo Atuarial		Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para a manutenção de base de dados adequada.	Realizado em 2018, conforme Decreto 613/2017.	-	Decreto 613/2017

**2.6 Demais Atos de Gestão**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do Município.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	-	-	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do Município. - Funções de confiança
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem	-	-	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional

		Município.		preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.			
<b>3.1 Análises Contábeis</b>							
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>	
3.1.1	Análise da Receita Orçamentária entre BALFIN e BALORC	BALORC BALFIN	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que o total da receita no BALFIN corresponde ao total registrado no BALORC	4.933.089,44	4.933.089,44	Receita Arrecadada
3.1.2	Análise da despesa orçamentária entre BALFIN e BALORC	BALORC BALFIN	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que o total da despesa registrada no BALFIN corresponde ao valor apresentado no BALORC	12.482.351,20	12.482.351,20	Despesa empenhada
3.1.3	Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada	BALORC	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que a despesa empenhada é menor que a dotação atualizada.	12.482.351,20	12.482.351,20	Despesa empenhada
3.1.4	Análise entre o BALFIN e BALPAT em relação ao saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.	BALFIN BALPAT	Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que o montante de caixa e equivalente de caixa (exercício atual) é igual nos demonstrativos analisados, BALFIN e BALPAT	4.697.723,70	4.697.723,70	Saldo de Caixa exercício atual
3.1.5	Análise entre o BALFIN e BALPAT em relação ao saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.	BALFIN BALPAT	Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que o montante de caixa e equivalente de caixa (exercício anterior) é igual nos demonstrativos analisados, BALFIN e BALPAT	4.814.857,66	4.814.857,66	Saldo de caixa exercício anterior
3.1.6	Análise das informações da conta Caixa e Equivalente de Caixa nos	TVDISP BALFIN	Base Legal: artigos 85, 101,	Constatou-se a conformidade entre os valores de caixa e equivalente de caixa, registrados nos demonstrativos analisados	4.697.723,70	4.697.723,70	Saldo de Caixa exercício atual





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL**

	demonstrativos: TVDISP e BALFIN		104 e 105 da Lei 4.320/1964				
3.1.7	Análise do resultado patrimonial do BALPAT e DEMVAP (exercício atual)	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se a conformidade entre resultado patrimonial registrado nos demonstrativos analisados	-586.861,31	-586.861,31	Resultado Patrimonial
3.1.8	Análise do Resultado Patrimonial do Período evidenciado na DEMVAP e BALPAT (exercício anterior)	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se a conformidade entre resultado patrimonial registrado nos demonstrativos analisados	919.613,60	919.613,60	Resultado Patrimonial
3.1.9	Análise entre o BALFIN e o BALORC em relação aos Restos a Pagar processados	BALFIN BALORC	Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se a existência de conformidade entre o montante de restos a pagar registrados nos demonstrativos contábeis	392.791,11	392.791,11	Restos a pagar do exercício
3.1.10	Conferência dos saldos devedores e credores	DEMVAP BALPAT	Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que a soma do ativo e VPD, corresponde à soma do passivo e VPA e Resultado Patrimonial	23.560.328,97	23.560.328,97	Saldos credores e devedores
3.1.11	Análise dos saldos bancários dos extratos e o saldo contábil registrado no TVDISP	EXTRATOS TVDISP	MCASP	Apuração de diferença no valor de R\$ 1.121,81, entre o montante registrado no extrato bancário e termo de verificação das disponibilidades em 31/12/2022, conforme item 1.3.4	4.696.601,86	4.696.601,86	Saldo do extrato bancário
3.1.12	Análise do Recolhimento de Contribuições Previdenciárias - Contribuição Patronal	FOLHA RELATÓRIOS CONTÁBEIS	Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 40 da CF de 1988	Constatou-se que 100% das contribuições patronais registradas na folha de pagamentos foram liquidadas e 86% foram pagas, de acordo com o sistema de contabilidade. Constatou-se ainda que o percentual de 14% não pagos refer-se a contribuição do mês de dezembro de 2022 com vencimento em janeiro de 2023.	782.958,24	782.958,24	Contribuição Patronal

3.1.13	Análise do Recolhimento de Contribuições Previdenciárias – Contribuição Servidor	FOLHA RELATÓRIOS CONTÁBEIS	Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 40 da CF de 1988	Constatou-se que 100% das contribuições registradas na folha de pagamentos foram liquidadas e 85% foram pagas, de acordo com o sistema de contabilidade. Constatou-se ainda que o percentual de 15% não pagos refere-se a contribuição do mês de dezembro de 2022 com vencimento em janeiro de 2023.	510.754,09	510.754,09	Contribuição do Servidor
--------	--	----------------------------	--	--	------------	------------	--------------------------

## 1.2. Constatações e proposições

Na tabela abaixo, são apresentadas as constatações acerca dos itens selecionados para análise conforme tabela do tópico 1.1, indicando os achados, as proposições e a situação na data do balanço:

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.3.4	Apuração de diferença no valor de R\$ 1.121,81, entre o montante registrado no extrato bancário e termo de verificação das disponibilidades.	Conferência da conciliação bancária visando identificar e corrigir a diferença apurada	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Edson Figueiredo Magalhães, gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, relativa ao exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 deste relatório, a referida prestação de contas encontra-se regular com ressalva, em condição de ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado para análise e julgamento.

**Guarapari/ES, 07 de março de 2023**

**Jacinta Meriquete Costa**  
Controladora Geral  
CRC/ES 021.795/0